

Carlos Pereira carlos.pereira@fgv.br

Restrições geraram resistência ao golpe

s últimas revelações das investigações da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe à democracia brasileira mostraram que o comando militar do governo Bolsonaro estava dividido.

Alguns analistas, inclusive, têm argumentado que o fracas-so do golpe foi consequência direta desta divisão. Mais especificamente, da resistência de alguns oficiais, como o general e ex-comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, eo tenente-brigadeiro e ex-comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, que se recusaram a endos-sar o projeto golpista.

Mas, o que teria acontecido se o projeto golpista tivesse sido uma unanimidade nas Forças Armadas? Será que o golpe teria ocorrido? A democracia brasileira teria sucumbido?

Como o golpe fracassou, não temos o contrafactual para responder plenamente a essas perguntas. Podemos, no entanto, refletir sobre o real alcance da atuação individual de figuraschave das Forças Armadas que se posicionaram contra o golpe.

Em agosto de 2018, poucos meses antes das eleições, ministrei uma disciplina no curso internacional para oficiais de alta patente na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (E- CEME). Na ocasião, interagi com oficiais que expressaram grande preocupação com a possível vitória do então candidato Jair Bolsonaro à Presidência. Pa-

A divisão das Forças Armadas não foi o único determinante para o fracasso das ações golpistas

ra eles, as Forças Armadas tinham feito um grande esforço após a redemocratização para "limpar seu nome" e se constituir como instituições de Estado, Temiam, de forma premonitória, que a vitória de Bolsonaro viesse a colocar, mais uma vez, as Forças Armadas na política e a serviço de um determinado governo causando novamente danos à sua imagem e reputação. A democracia brasileira é

A democracia brasileira e formada por uma sociedade complexa e sofisticada que, desde a redemocratização, tem a democracia como crença dominante. Possuium conjunto multifacetado de instituições (multipartidarismo, federalismo, imprensa livre, Judiciário e Ministério Público independentes, etc.) com rotinas e procedimentos que certamente criaram fortes pontos deveto e obstáculos ao projeto golpista de

Bolsonaro, para além da atuação individual de militares comprometidos com a democracia.

O simples fato degolpistas terem procurado um "amparo legal" para o golpe é sinal inequívoco de que as restrições institucionais são em, última instância, o escudo protetor do status quo democrático e determinante para a não consecução de golpes.

A não adesão de alguns comandantes militares ao golpe é, portanto, consequência direta dessas restrições institucionais da democracia brasileira na qual eles estão inseridos.

PROFESSOR TITULAR DA ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (FGV EBAPE) E SÉNIOR FELLOW DO CEBRI

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelo (quinzenalmente) • TER. Eliane Cantanhéde • OUA. Vera Rosa e Marcelo Godov (quinzenalmente) • OUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhéde • DOM. Eliane Cantanhéde • J.R. Guzz



Judiciário

Projeto tenta rever flexibilização de impedimento de juízes

O deputado Chico Alencar (P-SOL-RJ) apresentou um projeto de lei para contornar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que flexibilizou regras para impedimento de juízes.

Em agosto do ano passado, por maioria de votos, os ministros permitiram que magistrados julguem ações de clientes de escritórios de advocacia de seus parentes. A decisão vale para todos os tribunais do País eafeta o funcionamento do próprio STF, já que muitos ministros têm familiares advogados, incluindo em seu núcleo próximo, como mulheres e filhos.

A mudança permitiu, por exemplo, que o ministro Dias Toffoli julgasse – e atendesse – o pedido da J&F para suspender a multa do seu acordo de leniência, apesar de a advogada Roberta Rangel, mulher do ministro, ter defendido o frigorífico em outros processos. ●

Oressredder PressReader.com +1 604 278 46
COPTRIGHT NO PROTECTUBER APP. KARLEL

a